CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 10 / 2016

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de Santos –
2 CMAS, realizada no dia **06 de setembro de 2016**, na sede da Casa de Participação
3 Comunitária, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com a presença de
4 conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo que faz parte
5 integrante desta ata. Em segunda chamada, o Sr. Leandro Lapetina, Presidente, cumprimenta
6 e agradece a presença de todos os presentes, informa que a Sra. Adriana se acidentou em
7 serviço e encontra-se afastada e passa a seguir para o **Item 1) Apreciação e Deliberação da**
8 **Ata da Assembleia Geral Ordinária de Agosto de 2016**. Infelizmente não ficou pronta e
9 vamos disponibilizar em outro momento e aprovamos na próxima Assembleia.**Item 2)**
10 **Apresentação do Projeto Artessência**. É uma justificativa para remanejamento da
11 reutilização do recurso. É desenvolvido com o Educandário Santista para as atividades do
12 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nas unidades públicas, onde temos 13 em
13 execução direta. A Secretaria de Assistência Social gerencia o recurso e no decorrer do ano é
14 reavaliada a utilização para o melhor investimento do recurso. Em 2016 no planejamento do
15 projeto deixamos uma parte do recurso para a realização de uma capacitação aos professores
16 que trabalham em parceria com o projeto. A capacitação seria para execução de relatório, mas
17 avaliamos que no momento não seria pertinente, precisávamos de recurso para de fato aplicar
18 aos beneficiários que estavam sendo atendidos pelas unidades. Trazemos para a Assembleia,
19 para ciência desse Conselho e Deliberação este remanejamento. Eram cerca de R\$ 35 mil
20 reais destinados a capacitação e vou ler a justificativa que a responsável pelo SFCV nos
21 colocou: “as alterações se fazem necessárias visando ampliar a qualidade e eficiência dos
22 recursos para a execução dos usuários diretamente atendidos. O remanejamento é pertinente
23 para a adequação em virtude das avaliações socioeducativas desenvolvidas, considerando os
24 eixos norteadores do SCFV , que é a convivência, o direito de ser e a participação que tem
25 apontado a necessidade dos usuários se apropriarem da cidade, garantindo o acesso a bens e
26 patrimônios culturais, bem como tenham a oportunidade de produzir o registro de suas
27 vivências no contexto do SCFV e do território, publicando assim tais produções na ótica do
28 empoderamento e construção de conhecimento. O recurso está sendo remanejado para o
29 aluguel de ônibus , onde os jovens poderão circular tanto entre as cidades, como também
30 participar de atividades fora da cidade de Santos. Ampliando recurso para a alimentação dos
31 jovens, assim como a compra de material de consumo e de impressão, como por exemplo, a
32 gravação de um vídeo, possam fotografar e imprimir esses processos e trabalhar essa questão
33 da cidade, do pertencimento e do fortalecimento de vínculos. A alteração não mexe no valor
34 total do que já foi aprovado no Projeto Artessência, sendo apenas um remanejamento daquilo
35 que já estava planejado adequando ao percurso que o projeto vem sendo desenvolvido, como
36 o foco de atender diretamente o beneficiário. Quando se fala na questão de fortalecer a
37 participação, ou seja, o empoderamento desses jovens junto ao Serviço de Convivência e
38 Fortalecimento de Vínculos. Aprovado.**Item 3) Apreciação do Plano Municipal de**
39 **Assistência Social (PMAS/2017)**. O sr. Rodrigo apresenta e justifica que inicialmente quando
40 encaminhou a proposta de apresentação do PMAS trabalhavam com o prazo estabelecido pela
41 Drads que se encerraria agora, porém a Drads antecipou os prazos de inscrições do
42 PMAS/2017 porque alguns municípios pediram para o Governo do Estado alegando que o
43 período de eleições poderia trazer algum prejuízo do preenchimento. No nosso caso a Lei
44 Orçamentária Anual só precisa ser encaminhada para a Câmara Municipal previsto na Lei
45 Orgânica do município em 30/09/16. Nesse prazo que a Drads estava pedindo o PMAS, nós
46 nem dispunhamos do valor que de fato seria destinado para a SEAS, teríamos que fazer o
47 preenchimento e depois pedir a abertura para o preenchimento com os dados correto.
48 Solicitamos para a Drads uma prorrogação do preenchimento do PMAS, sendo concedida,
49 então nesse momento muda a nossa apresentação de deliberação do PMAS/2017 para

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 10 / 2016

50 informe que está sendo preenchido e em breve a justificativa para os convênios, assim como
51 para as chamadas para as entidades se inscreverem e enviarem suas propostas que vão ser
52 realizadas e **publicizadas** para as entidades. Gostaria ainda de apresentar duas outras
53 questões que diz respeito ao PMAS/2016. A primeira diz respeito a uma proposta de
54 reprogramação do saldo do PMAS recurso Estadual de 2015 que sobrou, realizamos aqui a
55 apresentação de uma proposta na Assembleia Geral Ordinária de abril do presente ano, com a
56 proposta de utilizar o saldo do Fundo Estadual de 2015 para 2016, para que pudéssemos
57 aplicar em supervisão dos trabalhadores da **proteção social especial de média e de alta**
58 **complexidade**, o fato é que depois de aprovado o trâmite junto com o Estado para que esse
59 recurso de fato viesse para Santos e que pudesse ser utilizado para esse fim se alongou,
60 sendo o recurso liberado e disponibilizado por uma portaria no meio de agosto/16 pelo Governo
61 do Estado, mas para não prejudicar a supervisão a SEAS por meios de outras fontes de
62 recurso viabilizou a supervisão que já vem ocorrendo. Vou lembrá-los a respeito dos valores
63 que se mantém inalterados, mas que é um recurso disponível para ser utilizado pela SEAS
64 este ano. O valor total é de R\$56.376,89, que já tinha sido apresentado em abril e aprovado
65 pelo Conselho para a supervisão e agora vimos até este Conselho para manter a utilização
66 desse recurso mas para outro fim, despesa de custeio junto a esses serviços, pois esse
67 recurso não pode ser remanejado para outros serviços, tem que estar ligado a proteção social
68 especial de média e alta complexidade e trazemos para ciência e apreciação do Conselho a
69 proposta de remanejamento. É um ponto complicado por se tratar da primeira vez que o
70 Governo do Estado viabilizava a utilização do saldo reprogramado, que já é uma constante
71 com os recursos do Governo Federal. É dada essa possibilidade mediante uma justificativa
72 apresentada para o ente financiador a utilização do exercício seguinte. Em Abril/16 iniciamos
73 esse processo no Conselho, para fazer a mesma coisa com o Governo do Estado, sendo a
74 primeira vez dessa possibilidade e mediante todos esses complicadores que apresentei,
75 voltamos para pleitear a mudança dessa proposta, depois da aprovação do Conselho,
76 encaminhar novamente para a DRADS para que esse recurso não seja perdido. As
77 conveniadas também estão participando dessa supervisão. Aprovado a alteração da utilização
78 do saldo reprogramado do Fundo Estadual/2015 para execução em 2016 do piso do CREAS,
79 conforme explicado. A segunda questão que trago para apreciação do Conselho diz respeito ao
80 PNAS em relação ao recurso utilizado para recambio dentro do segmento População em
81 Situação de Rua. Antes da cidade possuir este atendimento, o mesmo era realizado dentro do
82 CREAS até meados de 2013. Portanto, o recurso que o município recebia para desenvolver
83 suas ações desse segmento estava vinculado ao CREAS, junto com isso também o recurso de
84 recambio para outros municípios e estados. O fato é que essa atividade, assim que o Centro
85 POP foi inaugurado devemos transferir esse recurso para esse equipamento e dessa forma por
86 solicitação da DRADS, viemos ao Conselho, considerando que o ultimo PMAS já foi aprovado.
87 Vamos solicitar para a DRADS a abertura do PMAS, para que seja feito essa correção. É uma
88 alteração de um recurso que é executado dentro do Centro POP, mas que formalmente estava
89 dentro do CREAS. Tenho Aqui o ofício que vai ser direcionado à DRADS. Desta forma estamos
90 dando esclarecimento e ciência ao Conselho que estamos solicitando a DRADS que reabra o
91 PMAS/2016 para fazer essa relocação do recurso. Leandro, presidente do CMAS, esclarece
92 que se traz sempre para o Conselho, pois o gestor não tem autonomia de abrir o sistema do
93 PMAS sem ciência do Conselho que é o órgão fiscalizador e responsável pelo
94 acompanhamento da utilização do recurso. Rodrigo completa que vai solicitar a DRADS e
95 mediante a aprovação do Conselho vai abrir o PMAS, realizando a alteração e o Conselho vai
96 fechar o PMAS, ou seja, não existe nenhuma outra alteração que possa ser feita sem a
97 aprovação do Conselho. **Aprovada. Item 4) Relatos das Comissões Temáticas.** Comissão 1 –
98 Financiamento: não houve este mês. Comissão 2 – Políticas de Assistência Social: se reuniu

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 10 / 2016

99 em 24/08 às 14h, com a pauta do agendamento das visitas de revalidações e apreciação de
100 solicitações de inscrição das entidades, como o Instituto Brasileiro Pró Educação, Trabalho e
101 Desenvolvimento, apreciamos a solicitação de inscrição, e o plano de ação. A Alessandra
102 responsável pelo Instituto de Santos se apresentou e relatou que está buscando registro no
103 CMAS e alinhando junto com a Adriana essa questão. Leandro informa que a entidade vai
104 receber um ofício com os questionamentos dos Conselheiros. Comissão 3 – Legislação: se
105 reuniu em 16/08 e teve a participação do sr. Rodrigo da Cogesuas que apresentou a solicitação
106 de algumas entidades que visam a alteração da utilização do recurso de convênio com a
107 SEAS, sugeriu que o CMAS publicasse uma resolução que regulamentasse essas alterações
108 que possivelmente vão ser discutidas em Diretoria Executiva. No entanto, conforme apontado
109 pela vice-presidente Flávia, a regulamentação é do Marco Regulatório em 2017 que altera o
110 processo de conveniamento, não havendo a necessidade de discussão nesse momento. Por
111 fim, se fez necessário o empenho do Conselho em conhecer as regras e alterações do Marco
112 Regulatório. Diretoria Executiva – se reuniu em 19/08, os demonstrativos do FMAS será
113 apresentado na G.O. de Outubro, uma vez que a contabilidade não liberou os documentos
114 antes. A PMAS 2017 o prazo para o gestor concluir foi até 12/08, no entanto uma consulta à
115 SEAS, visto que o CMAS tinha o prazo de 15 à 31/08 para o preenchimento, informou não ter
116 sido possível tal preenchimento dentro do prazo por não termos ainda a LOAS aprovada, a
117 secretária Rosana Russo está solicitando junto a DRADS a dilatação do prazo. Na segunda-
118 feira (12/09) teremos a devolutiva da Cogesuas. Devolutiva das visitas técnicas para
119 revalidação dos serviços. Reunião da Instância do Controle Social – o sr. Rodrigo informa que
120 ocorreu em 31/08 no território do Centro, com os equipamentos da Saúde, Educação e
121 Assistência Social, sendo esta a segunda reunião neste local. Voltamos para o Centro para
122 alinhar ainda mais a articulação com os equipamentos profissionais desse território. Dessa
123 vez contamos com uma participação bem expressiva dos técnicos da saúde e agentes
124 comunitários. A chefe do CRAS já saiu com algumas reuniões marcadas para alinhar fluxo com
125 os trabalhadores da saúde, educação, visando principalmente o atendimento as famílias em
126 fase de descumprimento do Bolsa Família para suspensão. Agendamos a próxima reunião
127 para o dia 27/10 no território do CRAS Alemoa às 9h, para realizarmos essa mesma discussão
128 com os trabalhadores envolvidos, visando o aprimoramento do atendimento das famílias em
129 descumprimento do Bols Família. Todos os presentes estão convidados. Reunião da Rede
130 Família – a Flávia vai falar um pouco sobre a participação do CMAS, ocorreu em 15/08 com a
131 apresentação do Flavio e a coordenação do Cezar. O plano estratégico de combate a
132 infrequência municipal ficou para o próximo encontro que será no dia 19/09, pois o Vitor que ia
133 apresentar não compareceu por motivo de saúde. Discutiu o rede família com os casos do
134 FICAI (ficha de identificação do aluno infrequente) e o cruzamento do mesmo com o Cadastro
135 Único. Decidiu convidar o sr. Rodrigo para apresentar o Mapa Sócio Territorial. O mesmo
136 informa que recebeu o convite para a apresentação nessa próxima reunião. **Item 5) Informes**
137 **do Gestor** - Enquanto Secretaria da Assistência Social não temos nenhum informe. Algum
138 outro gestor gostaria de passar algum informe? Não. **Item 6) Informes do CMAS** – Foi
139 publicado no Diário Oficial do município de 04/08/2016 o Decreto 7.512 de 03/08/2016 que
140 institui a Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, criando
141 Comitê Gestor Intersetorial para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância e dar outras
142 providências. O Decreto institui a Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da
143 Primeira Infância com o objetivo de promover o desenvolvimento físico, motor, cognitivo,
144 psicológico e social de crianças de 0 à 6 anos de idade, as ações desenvolvidas no município
145 deverão seguir diretrizes, atuação articulada com outras Políticas de Governo Federal e
146 Estadual, Plano Nacional da Primeira Infância e Plano Municipal Decenal dos Direitos
147 Humanos da Criança e Adolescente de Santos. Estabelecimento de parcerias com ONG'S,

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 10 / 2016

148 visando ampliar o alcance das ações planejadas, atuação articulada e coordenada com o
149 Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, priorização dos territórios e populações de
150 maior vulnerabilidade social, fortalecendo a rede de proteção social do respectivo território,
151 promovendo a diminuição das desigualdades sócio espaciais no que tange ao desenvolvimento
152 integral da Primeira Infância. O Comitê Gestor Intersectorial para o Desenvolvimento Integral da
153 Primeira Infância será integrado pelos seguintes membros: Secretaria da Cidadania, da
154 Educação, da Saúde, da Assistência Social, da Cultura, do Esporte, da Segurança, dos
155 Serviços Públicos, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da
156 Assistência Social, Conselho Municipal da Educação, Conselho Municipal da Saúde e
157 Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Diante da criação desse Comitê, precisamos
158 indicar um conselheiro já que temos participação. Vão participar as conselheiras: Joselita,
159 representante da Sociedade Civil e Fernanda Souza, representante dos Trabalhadores.
160 Precisamos também indicar um conselheiro para compor o COMAD e participar das reuniões.
161 A conselheira Joselita se colocou à disposição, enquanto a Fernanda Souza e o António vão
162 verificar a possibilidade de participação. **Item 7) Assuntos Gerais** – A Sra. Luci, colaboradora
163 desta casa, quer saber como está o andamento das obras do Centro Pop. Sra. Regiane
164 Fonseca, chefe de departamento da proteção social especial, informa que tudo que podia ser
165 feito pela Política de Assistência Social neste caso, já foi feito, agora cabe a Secretaria de
166 Obras o andamento do espaço. Diante da explicação o CMAS pode oficiar a Secretaria de
167 Obras, perguntando em que situação está a obra e qual a previsão da mesma. Agradecemos a
168 manifestação da colaboradora Luci. Leandro comunica que o CMAS recebeu um ofício do
169 HSBC com uma denúncia. “O banco HSBC, pessoa jurídica, por seu representante vem
170 respeitosamente solicitar a este nobre órgão medidas cabíveis e necessárias na região onde se
171 situa a agência, no centro de santos, na rua João Pessoa, 12, pelos motivos a seguir: nos
172 últimos meses podemos visualizar várias pessoas que estão dormindo no ambiente de auto
173 atendimento da agência, muitas vezes alucinados pelo uso de entorpecentes, aterrorizando e
174 ameaçando clientes que utilizam o local, dessa forma os impactos causados a atividade
175 bancária de nossos clientes são grandes, além do medo das pessoas que trabalham na
176 agência passam por conta das ameaças, diante de tudo isso necessário se faz que sejam
177 adotadas todas as medidas cabíveis visando o bem estar de todos os frequentadores e
178 moradores do local, certos de sua atenção, antecipadamente agradecemos.” Regiane coloca
179 que as ações acontecem dentro do espaço do banco, espaço particular e o banco teria que
180 contratar um segurança, mas isso não invalida nossa atuação da equipe de abordagem de rua
181 e do consultório de rua, porque a maioria das pessoas que ficam ali são casos de transtornos
182 mentais e usuárias de drogas. Precisa ter uma ação específica da SEAS e Saúde. Aponta que
183 são vários os motivos que os mantêm ali e enfatiza novamente que a Política de Assistência
184 Social sozinha não vai conseguir resolver o problema. Diante do ofício do banco HSBC
185 sugerimos duas ações. Oficiamos a SEAS, Saúde e Segurança Pública, para que se
186 posicionem quanto a articulação desse trabalho. Podemos iniciar enviando ofício para que as
187 Secretarias se manifestem sobre qual o trabalho que vem sendo realizado, ouvir cada serviço e
188 qual o papel de cada um diante dessa situação. Sem mais assunto a tratar, a Assembleia foi
189 encerrado pelo Presidente, Sr. Leandro Lapetina e eu Fernanda Braga, lavrei a presente ata, a
190 qual se apresenta assinada por mim e pelo Presidente.

191
192
193
194
195

Leandro Lapetina
Presidente

Fernanda Braga
2º Secretária